

## **A EXTENSÃO RURAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO IPA JUNTO À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO**

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa<sup>1</sup>  
Filipe Augusto Xavier Lima<sup>2</sup>  
Letícia Paludo Vargas<sup>3</sup>  
Tito Antonio Ferraz Jota<sup>4</sup>  
Darlyton Fernandes Lopes da Silva<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Tendo como foco principal a relação entre extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar, este artigo busca conhecer e descrever ações de assistência técnica e extensão rural voltadas para mulheres. Por meio de uma metodologia de base qualitativa, o trabalho tem como referência a atuação do escritório municipal do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, localizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE. Com o levantamento das ações desenvolvidas pelo IPA, especificamente no período compreendido entre os anos de 2008 e 2014, foi possível elencar alguns resultados significativos alcançados, como a inclusão de suas famílias em programas governamentais, o incentivo às atividades não agrícolas e a qualificação técnica do grupo. Em consequência, essas ações possibilitaram, além de mudanças no contexto socioeconômico e produtivo das agricultoras, o resgate da autoestima e da cidadania dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Ater, crédito rural, mulheres agricultoras.

### **RURAL EXTENSION AND GENDER PERSPECTIVE IN FAMILY FARMING: IPA ACTIONS TOWARDS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO**

### **ABSTRACT**

Focusing mainly on the relationship between extension and gender perspective in family farming, this article seeks to understand and describe technical assistance and

---

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo (UFRPE). Mestrando em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Extensionista Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) - Escritório Municipal Santa Cruz da Baixa Verde, PE. E-mail: agrolucio@hotmail.com

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo (UFRPE). Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Doutor em Extensão Rural (UFSM). E-mail: filipeaxlima@hotmail.com

<sup>3</sup>Zootecnista (UFSM). Mestre em Extensão Rural (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). E-mail: letipvargas@gmail.com

<sup>4</sup>Graduado em Geografia (FAFOPST). Supervisor Regional de Extensão Rural Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) - Gerência Regional Serra Talhada, PE. E-mail: tito.jota@ipa.br

<sup>5</sup>Assistente Social (FACHUSST). Assessor de Crédito Rural-AGROAMIGO, PE - Instituto Nordeste Cidadania (INEC). E-mail: darlytonlopes@yahoo.com.br

rural extension efforts directed toward rural women. Through a qualitative basic methodology, this work refers to actions taken by Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) municipal office regarding farmers belonging to Associação Municipal Mulher Flor do Campo, located in Santa Cruz da Baixa Verde. A survey addressing the actions developed by IPA, particularly between 2008 and 2014, enabled to list some significant achievements, such as the inclusion of their families in government programs, the incentive of non-agricultural activities and the technical qualification of the group. Furthermore, despite the changes in socioeconomic and productive conditions of farmers, these actions also allowed women to rescue their citizenship and self-esteem.

**Keywords:** Ater, rural credit, women farmers.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco principal a relação entre extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar, tendo como referência as ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) desenvolvidas pelo Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) junto a um grupo de mulheres agricultoras do município de Santa Cruz da Baixa Verde, estado de Pernambuco. As agricultoras em questão fazem parte da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, que atualmente conta com 47 associadas.

Essa associação foi fundada no ano de 2008 e tem, dentre seus objetivos, estimular a participação e promover a organização das agricultoras e trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção. As principais atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por esse grupo de mulheres estão relacionadas à bovinocultura de leite, à produção de milho, feijão, cana-de-açúcar e ao artesanato. Desde a sua fundação, a associação tem trabalhado para suprir as necessidades das mulheres artesãs e produtoras rurais em relação à organização, produção e comercialização dos produtos do grupo.

Nesse contexto, é importante destacar que, mesmo o IPA atuando de forma pontual em algumas propriedades das agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo desde 2008, foi somente a partir de reuniões e discussões com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que o escritório municipal do IPA incluiu, de forma oficial, em 2009, as agricultoras da associação no seu Plano de Ação Municipal (PAM). Dentre os objetivos da instituição voltados para o grupo das mulheres, estavam: reduzir as desigualdades de gênero, promover um resgate da cidadania, proporcionar ao grupo o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, estimular a qualificação profissional das associadas e prestar assessoria no âmbito de suas atividades agrícolas e não agrícolas.

As 47 mulheres que hoje fazem parte da Associação Municipal Mulher Flor do Campo estão distribuídas em nove comunidades do município de Santa Cruz da Baixa Verde, são elas: Baixa das Flores, Boa Vista, Bulandeira, Lagoa do Almeida, São Bento, São Domingos, São Paulo, Santa Cruz e Serra dos Nogueiras. Pode-se dizer que a atuação do IPA junto à associação iniciou-se por meio de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é um conjunto de técnicas que permite às comunidades envolvidas nas ações ou projetos realizar o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, começar a autogerenciar o planejamento das intervenções propostas para as suas realidades particulares. Além disso, o DRP tem como propósito a obtenção direta de informações fundamentais das comunidades, como, por exemplo,

o estado dos seus recursos naturais e sua situação socioeconômica (BRASIL, 2011). Desse modo, o IPA fez o levantamento e análise das informações do grupo para um posterior planejamento das ações a serem trabalhadas com as agricultoras.

A partir do cenário aqui apresentado, surgem as seguintes questões norteadoras da pesquisa: que ações são desenvolvidas por uma instituição de Ater junto a mulheres agricultoras? Como isso se configura na prática extensionista? Com isso, formulou-se como objetivo deste trabalho conhecer e descrever as ações de Ater desenvolvidas pelo IPA junto ao grupo de mulheres agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo. Serão o conjunto e o delineamento dessas ações, especificamente no período compreendido entre os anos de 2008 e 2014, que servirão de base para a discussão tecida na sequência do trabalho, elencando alguns dos resultados significativos alcançados e identificando as principais mudanças ocorridas no contexto socioeconômico e produtivo das mulheres agricultoras das comunidades envolvidas na pesquisa.

## **2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA QUESTÃO A SER ABORDADA PELA EXTENSÃO RURAL CONTEMPORÂNEA**

O momento histórico da inclusão do tema da mulher nas ações governamentais e nas plataformas de desenvolvimento, de acordo com Rodríguez (2005), paira nos anos de 1970, quando foi declarada a década da mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, alguns anos depois, o enfoque chamado de Mulher no Desenvolvimento (MED) começou a ser enfatizado, e as instituições voltadas ao desenvolvimento rural promoveram a criação de grupos de mulheres e o fortalecimento daqueles já existentes, dando uma maior visibilidade a elas, especialmente pela consolidação de movimentos políticos e políticas específicas para as mulheres (RODRÍGUEZ, 2005).

Os autores Laxalde e Basco (2005) também destacam que foi nas décadas de 1970 e 1980 que foram propostas políticas focalizadas aos públicos mais vulneráveis da população, dentre eles, as mulheres, através do enfoque MED, no qual foram criadas ações para grupos de mulheres, enfocando a sua importância na geração de receitas complementares nas propriedades rurais familiares, visando ao fortalecimento da autonomia feminina. Nesse sentido, Melo e Di Sabbato (2009) complementam que os estudos de gênero que se desenvolveram no Brasil no início dos anos 1980, ocorreram especialmente pelo fortalecimento do movimento feminista nacional.

Foi também na década de 1980 que, conforme aponta Brumer (2002), gerou-se uma forte mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, objetivando direitos referentes à previdência social (aposentadoria, salário maternidade etc.), quando, à medida que iam ocorrendo os avanços desses movimentos, possibilitava-se o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais.

Já nos anos de 1990, ocorreu uma forte mobilização dos movimentos sociais femininos, pressionando por ações que visassem a uma melhor distribuição econômica, buscando um enfoque denominado de Gênero no Desenvolvimento (GED), situando problemas como a desigualdade social entre homens e mulheres e as relações de subordinação entre ambos como questões polêmicas a serem debatidas e permitindo o desenho de ações que possibilitassem um maior empoderamento feminino (LAXALDE; BASCO, 2005).

Todavia, segundo Rodríguez (2005), alguns dos avanços, especialmente aqueles conquistados na década de 1970, são considerados controversos, como, por exemplo, os níveis de escolaridade formal das mulheres, já que a maior parte das mulheres rurais que viviam na América Latina e Caribe tinham no máximo cinco

anos de instrução, enquanto os homens rurais apresentavam um maior nível de escolaridade.

O fato é que, para se compreender a perspectiva de gênero e suas complexidades no mundo rural contemporâneo, Buarque (2005) sublinha que devem ser estudadas as variedades de relações sociais existentes, especialmente no que se refere à dominação e subordinação do sexo entre os indivíduos e as identidades tradicionais das mulheres e dos homens. O autor também defende que devem existir estudos sobre “a construção de novos valores de sociabilização dos indivíduos e o surgimento de organizações que não se orientam pela tradição e que sejam capazes de influir nas instituições” (BUARQUE, 2005, p. 77), considerando, neste caso, o papel dos agentes sociais nas transformações em determinados territórios.

Dados mais recentes sobre a perspectiva de gênero mostram algumas transformações acerca do papel da mulher na sociedade, já que, além das mudanças nas condições sociais, as mulheres buscam alterações das suas condições de vida, principalmente no que diz respeito à escolaridade, pois tanto as mulheres urbanas quanto as rurais têm níveis superiores aos dos homens, aproveitando melhor as oportunidades para o trabalho remunerado e para o crédito. Entretanto, o trabalho doméstico é uma das questões que permanecem como entrave à mudança, conforme discutido em Faria (2009).

Para Melo e Di Sabbato (2009), as mulheres ocupadas no setor agropecuário, que trabalham sem remuneração, correspondem a valores bem mais elevados do que em outros setores da economia, caracterizando a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural. Lombardi (2009) acrescenta que o setor agropecuário brasileiro mantém a maioria das trabalhadoras que não são remuneradas e que produzem para o autoconsumo, chegando a um total de 4,4 milhões de mulheres no ano de 2007, especialmente atuando em unidades produtivas familiares.

Ainda no que se refere ao trabalho das mulheres rurais, Lombardi (2009, p. 154) considera que:

As estatísticas analisadas comprovaram que o lugar das mulheres no setor agropecuário continua sendo na produção para consumo próprio ou do grupo familiar e em atividades não remuneradas, majoritariamente desenvolvidas na unidade de produção familiar ou como ‘ajuda’ aos demais membros da família. As trabalhadoras ocupam-se principalmente na horticultura, floricultura e criação de pequenos animais, no próprio estabelecimento, e elas não costumam considerar essas atividades como trabalho, mas como uma extensão dos afazeres domésticos, uma vez que aquela produção se destina ao sustento da família.

Em pesquisa realizada por Melo e Di Sabbato (2009) entre os anos de 1993 a 2006, percebe-se que foram incrementadas as atividades laborais para o autoconsumo nas propriedades, sobretudo pela queda na renda da população rural nos anos do estudo. A taxa de mulheres rurais que realizam atividades para o autoconsumo passou de 40% para 46,6% no ano de 2006. Entretanto, os autores consideram que esse crescimento não deixa de lado a importância do autoconsumo na ocupação dessas trabalhadoras rurais (MELO; DI SABBATO, 2009).

Ainda de acordo com a referida pesquisa, no ano de 2006, a taxa de ocupação feminina nas lavouras foi de 27%, na pecuária chegou a 17%, no cuidado com aves e pequenos animais atingiu 80% e nas atividades de horticultura e floricultura girou em torno de 45% (valor equiparado ao dos homens). Nas demais

atividades, ocorreu o predomínio da mão de obra masculina, especialmente por exigirem trabalho de força física, o que afasta as mulheres de determinados serviços. Os dados ainda revelam que o cenário de participação das mulheres nas atividades agropecuárias não mudou consideravelmente durante o período da pesquisa realizada (MELO; DI SABBATO, 2009).

Lombardi (2009) relata que os rendimentos das atividades agrícolas são muito baixos no meio rural e que a combinação de dois elementos importantes – agricultura em tempo parcial e baixos rendimentos – empobrece ainda mais as famílias que vivem com a renda exclusivamente advinda da atividade agrícola, especialmente no caso de produtores familiares que produzem para o autoconsumo, merecendo destaque, a esse respeito, a região Nordeste do Brasil.

Rodríguez (2005), ao analisar questões de gênero e a participação dos atores sociais, com enfoque nos propósitos do desenvolvimento rural, esclarece que tais propósitos devem estar centrados na possibilidade de que os projetos de desenvolvimento territorial sejam conduzidos de maneira eficaz pelos atores sociais, de forma equitativa, pluralista, e com o desenvolvimento das capacidades dos distintos grupos sociais, possibilitando a participação e contribuição de todos os envolvidos.

Essas ações, resultantes da interação entre os atores sociais em determinado espaço, permitem a projeção de resultados que podem gerar mudanças nos padrões de interação já estabelecidos, nas quais essas relações sociais tonam-se significativas quando os atores, com suas intenções e valores, não se reduzem a regras institucionalizadas (RODRÍGUEZ, 2005).

Dentro da perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, nota-se que os fundamentos devem estar centrados na equidade entre os setores e os atores sociais, considerando as dimensões de gênero, ou seja, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como a superação de todas as outras desigualdades, sejam elas socioeconômicas, culturais, étnicas, ambientais etc. (LAXALDE; BASCO, 2005).

Furtado e Souza (2005) corroboram a mesma perspectiva, considerando que as abordagens que trabalham acerca da temática do gênero no planejamento de ações de desenvolvimento rural sustentável devem ser efetivadas, contudo apontam que há limitações nos modelos pré-estabelecidos. Para os autores, isso ocorre especialmente na esfera das políticas públicas, pois, geralmente, as mulheres têm desvantagens quanto a sua inserção nos projetos de desenvolvimento, sendo mais restritas as suas oportunidades de acesso a informação e à geração de renda.

As discussões sobre as questões de gênero na agricultura têm sido estimuladas e ampliadas, ultimamente, no âmbito dos serviços oficiais de Ater do país e suas políticas mais contemporâneas. Nesse sentido, merece destaque a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004, que se alicerçou na relação entre agricultura familiar, Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável e direcionou os serviços de Ater em uma perspectiva de apoio às comunidades rurais para a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, incluindo o enfoque de gênero e particularizando as unidades de produção da agricultura familiar<sup>6</sup>.

No início de 2010, o país passou a contar com a primeira Lei de Ater (nº 12.188), a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

---

<sup>6</sup> Para conhecer os fatos históricos que antecedem essa política, consultar o artigo “A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco” (SANTOS; LIMA; LEÃO, 2016).

(Pronater) (BRASIL, 2010). Em seguida, no ano de 2012, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), com a temática Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. A 1ª Cnater teve por finalidade propor diretrizes, prioridades e estratégias para o Pronater, tendo como referência a Pnater e atendendo à Lei nº 12.188 e suas regulamentações.

O que é importante destacar, no documento da 1ª Cnater, é que a preocupação com as questões de gênero na agricultura é fortalecida no discurso governamental, fazendo-se presente, inclusive, nas proposições relacionadas aos cinco eixos temáticos do documento: Ater e desenvolvimento rural sustentável; Ater para a diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades; Ater e políticas públicas; Gestão, financiamento, demanda e oferta dos serviços de Ater; e Metodologias de Ater – abordagens de extensão rural. Esses são pontos importantes e serão discutidos neste trabalho.

### 3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, tomou-se como referência a atuação do escritório municipal do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, localizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde, durante o período de 2008 a 2014. Para isso, foi realizada uma análise documental, tendo como fontes os relatórios do próprio IPA, no intuito de conhecer as suas ações de Ater durante o período delimitado nesta pesquisa.

Com a abordagem sobre os documentos do IPA, a pesquisa não teve perguntas predeterminadas ou direcionadas para as fontes, quais sejam, as mulheres agricultoras, mas o material pesquisado é que conduziu a pesquisa, como recomendado por Duffy (2008). Para Kelly (s.d. apud CELLARD, 2010), a análise documental pode ser de suma importância, principalmente por se tratar de um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer tipo de influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. A propósito, o documento também permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do contexto social (CELLARD, 2010), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2010). Desse modo, foi a partir da referida análise documental dos relatórios do IPA que se buscou conhecer e descrever os serviços de Ater desenvolvidos pelo instituto e oferecidos às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo.

É oportuno comentar, quando se fala nesses serviços de Ater, que o escritório municipal do IPA vem realizando suas ações na tentativa de seguir as orientações da Pnater de 2004 e de outras políticas de extensão rural mais recentes, que também incorporam a Agroecologia em seus referenciais teórico-metodológicos, pois reconhece, como presente em Siliprandi (2009), que o enfoque agroecológico permite visualizar o protagonismo das mulheres agricultoras de forma mais nítida.

Para o tratamento dos dados coletados nos documentos do IPA, recorreu-se à utilização do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), que é um *software* que permite realizar cálculos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativa. Com as informações de natureza numérica coletadas, buscou-se classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar os dados ou estabelecer relações entre eles.

A representação dos dados analisados se deu por meio de tabelas e gráficos. Como consta em Marconi e Lakatos (2010), a elaboração de tabelas é considerada um método estatístico sistemático que apresenta os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, obedecendo à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa. As autoras observam, ainda, que a importância na construção desses elementos, além de auxiliar na apresentação dos dados, está em ajudar o pesquisador no reconhecimento de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações.

Já os gráficos, que podem ser informativos ou analíticos, objetivam dar ao público ou ao investigador um conhecimento da situação real e atual do caso estudado, como também fornecer elementos de interpretação, cálculos, inferências e previsões (MARCONI; LAKATOS, 2010). Assim, a partir da descrição dos elementos metodológicos a serem utilizados nesta pesquisa, e uma vez manipulados os dados, o próximo passo foi a análise e interpretação dos resultados obtidos.

### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Santa Cruz da Baixa Verde está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano e na microrregião do Pajeú, porção norte do estado de Pernambuco. Seu acesso se dá pela rodovia federal BR-232, que integra o Recife a Parnamirim. Partindo-se da capital, percorrem-se cerca de 515 km nesta rodovia até chegar ao município de Serra Talhada. A partir daí, toma-se a PE-365 e se percorrem mais 33 km até chegar a Santa Cruz da Baixa Verde (BRASIL, 2005).

A cidade apresenta, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total residente de 11.768 habitantes (5.812 homens e 5.956 mulheres), dos quais 5.277 habitam a zona urbana e 6.491 a área rural (3.322 homens e 3.169 mulheres), o que representa, por conseguinte, um contingente de 55% de sua população inserida no meio rural.

Vale ressaltar que, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), o município de Santa Cruz da Baixa Verde possui 1.329 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 6.318 hectares. Ao mesmo tempo, os dados revelam que existem 138 estabelecimentos não familiares no município, ocupando 15.407 hectares. Sua área rural apresenta uma atividade agrícola muito diversificada, destacando-se as criações de aves, de bovinos, de caprinos, de ovinos e de suínos.

Com relação ao plantio, destacam-se a produção de milho, feijão, tomate, mandioca, banana, goiaba, laranja e café. Entretanto, é possível reconhecer que a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a capital da rapadura, dado o seu desempenho produtivo no fabrico desse produto. A produção de cana vem aumentando cada vez mais a sua importância, com a geração anual de cerca de 800 mil reais e uma quantidade produzida de 20 mil toneladas no estado de Pernambuco, trazendo melhoria na qualidade e renda da população local (IBGE, 2010).

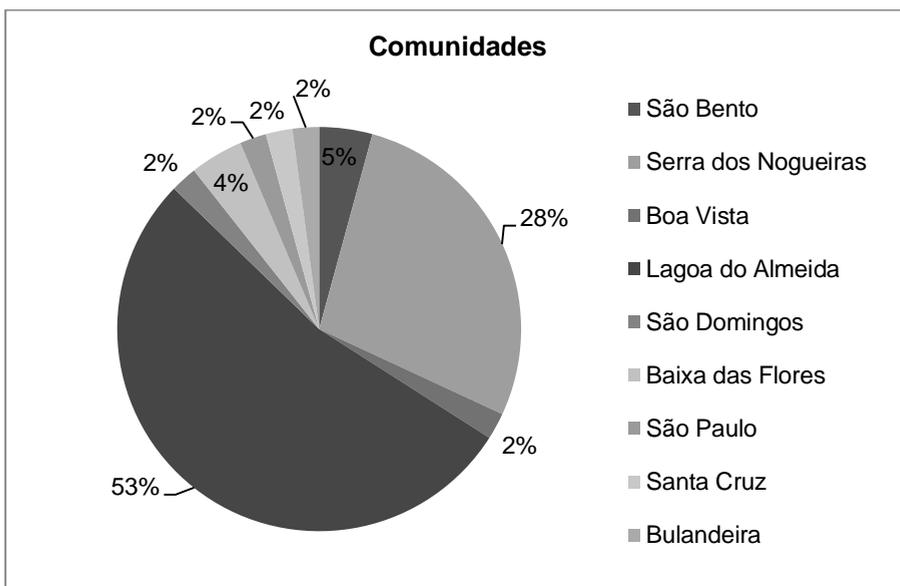
## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O escritório municipal do IPA, que é o órgão oficial de serviços de Ater no estado, foi aberto no município de Santa Cruz da Baixa Verde no ano de 2008, conta, atualmente, com dois extensionistas rurais e tem o cadastro de 532 famílias de agricultores. Dentre os serviços de Ater desenvolvidos no município, as principais

atividades estão relacionadas à realização de técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação dos recursos das propriedades, transformação da produção, comercialização, liberação de créditos, apoio institucional a organizações de agricultores, elaboração de projetos, ações voltadas à saúde, atividades não agrícolas, entre outras.

Entre o público assistido pelo IPA, estão as agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, que é uma associação que conta com 47 associadas distribuídas em nove comunidades, como demonstra a figura 1.

Figura 1 – Comunidades das associadas da Associação Municipal Mulher Flor do Campo



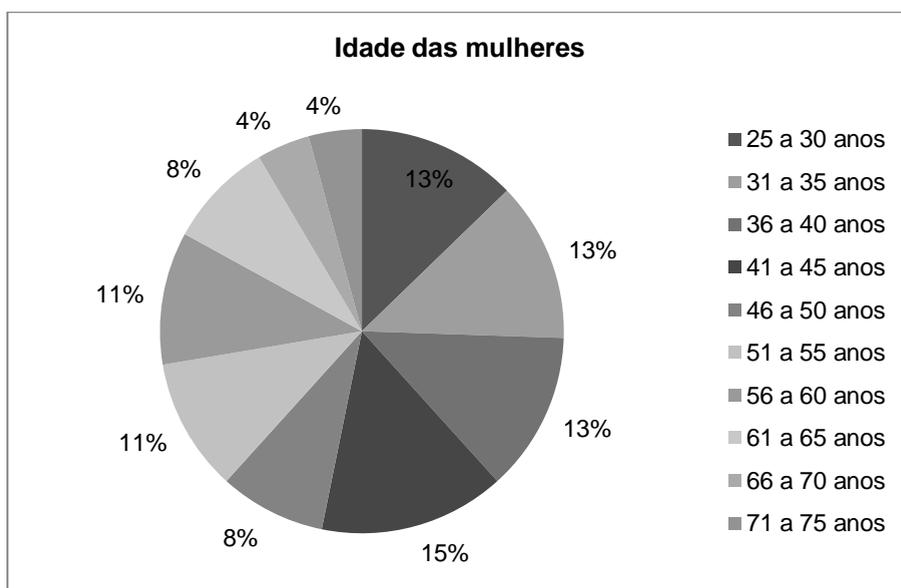
Fonte: elaborada pelos autores (2015).

Essas comunidades estão localizadas na região de brejo do município, que é uma área caracterizada por contar com unidades de produção agrícola (UPAs) familiares que variam entre 1,5 e 2,0 hectares. A atividade econômica predominante nessas UPAs é o cultivo da cana-de-açúcar, com a finalidade de produção de rapadura, ocorrendo também o cultivo de frutíferas de forma diversificada. Ainda acontece, de maneira expressiva, a criação de aves e ovinos em grande parte das comunidades, e de bovinos nos sítios São Bento e São Paulo. As comunidades Lagoa do Almeida e Serra dos Nogueiras são vizinhas, formando um núcleo que fica a cerca de 5 km da sede do município, porém com acesso limitado, devido à declividade e pedregosidade dos solos da região, o que influencia diretamente na produtividade das culturas. Uma alternativa de geração de renda encontrada pelas mulheres é a produção e comercialização do artesanato produzido com fibra da bananeira, dentre outros materiais.

O grupo das mulheres da associação é heterogêneo e conta com agricultoras de diferentes faixas etárias. Com base nas informações disponíveis, conforme situado na figura 2, a seguir, constata-se que o maior percentual é de mulheres com idade entre 41 e 45 anos, o que representa um total de 15% do grupo.

Pode-se observar, também, que o somatório das agricultoras que têm entre 25 e 40 anos representa 39%, o que demonstra que essa associação conta com um número significativo de mulheres relativamente jovens no seu quadro de associadas. Além disso, a mesma figura 2 mostra que 13% das mulheres estão abaixo dos 30 anos de idade – o que sugere tanto a inclusão como a permanência da juventude na experiência analisada –, situação que não é tão comum em se tratando do meio rural brasileiro, onde a falta de condições desestimula a permanência dos jovens no campo, seja pela falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa, falta de entretenimentos, dificuldades para o acesso ao ensino escolar, insatisfação com o rendimento obtido na agricultura, penosidade e imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, o que tende a um envelhecimento e masculinização do meio rural (GODOY et al., 2010; COSTA, 2013).

Figura 2 – Idade das mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo



Fonte: elaborada pelos autores (2015).

O trabalho mais efetivo do IPA com as associadas da Mulher Flor do Campo teve início em 2009, com a realização de um DRP. A partir desse momento, foram utilizadas as seguintes estratégias de mobilização nas comunidades envolvidas: reunião, visita técnica, palestras, oficinas, treinamentos, seminários, dias de campo e intercâmbios, durante o acompanhamento do grupo. Essas estratégias de mobilização tinham como foco reduzir as desigualdades de gênero, promover um resgate da cidadania, proporcionar ao grupo o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, estimular a qualificação profissional das associadas e prestar assessoria no âmbito de suas atividades agrícolas e não agrícolas.

Ainda por meio do DRP, identificou-se como maior necessidade coletiva o acesso ao crédito rural qualificado pelas mulheres. Pode-se dizer que proporcionar ao grupo de mulheres o acesso ao crédito rural de forma qualificada, com o devido acompanhamento em suas etapas, tornou-se o principal objetivo do IPA. Para isso, o instituto estimulou o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em parceria com o Programa Agroamigo,<sup>7</sup> financiado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Uma das primeiras ações junto ao grupo foi a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o documento que identifica os agricultores familiares aptos a acessar as políticas públicas, inclusive o crédito rural. Nesses termos, constata-se que, das 47 mulheres associadas, hoje em dia 44 possuem a DAP. Feito isso, o IPA conseguiu a elaboração e acompanhamento de crédito rural (Pronaf B/Agroamigo) qualificado para 16 famílias,<sup>8</sup> acessado pelas mulheres da associação ou pelos seus cônjuges.

A tabela 1, a seguir, destaca o montante acessado pelas mulheres da associação e por seus cônjuges. Observa-se que as 14 mulheres que acessaram o Pronaf tiveram um montante de R\$ 86.864,95, enquanto a soma dos valores dos 12 homens chegou um total de R\$ 75.363,06. Isso significa que, além de as mulheres terem realizado mais operações de acesso ao crédito, elas também tiveram um valor total disponibilizado de 14% a mais, quando comparado ao grupo masculino, o que indica a importância das atividades agrícolas e não agrícolas para as associadas.

Tabela 1 – Valor total acessado pelas mulheres da associação e por seus cônjuges

Associadas	Nº operações	Montante (R\$)	Cônjuges	Nº operações	Montante (R\$)
A1	4	7.201,45	A1	3	6.095,00
A2	3	6.487,05	A2	3	5.395,00
A3	4	7.587,05	A3	3	5.488,90
A4	3	5.992,60	A4	5	9.237,05
A5	5	10.716,00	A5	3	6.466,75
A6	4	7.317,85	A6	2	3.994,45
A7	1	1.500,00	A7	4	9.494,45
A8	4	9.690,75	A8	1	3.500,00
A9	3	6.000,00	A9	1	2.500,00
A10	2	5.462,75	A10	4	13.714,05
A11	2	2.500,00	A11	3	5.977,41
A12	2	4.415,00	A12	1	3.500,00
A13	3	7.494,45			
A14	2	4.500,00			
<b>Total</b>			<b>Total</b>		
14	42	86.864,95	12	33	75.363,06

Fonte: elaborada pelos autores (2015).

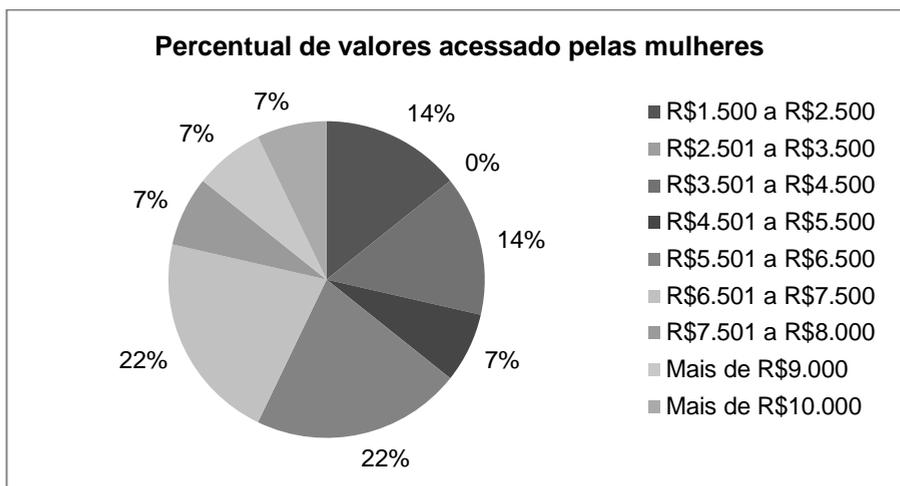
Por outro lado, apesar de o montante de acesso ao crédito pelo grupo de mulheres ser mais alto, quando se trata do valor das operações individuais, os índices são mais elevados quando acessados por seus cônjuges, conforme ilustram as figuras 3 e 4, na sequência. Os maiores valores acessados pelas mulheres estão entre R\$ 5.500,00 e R\$ 7.500,00, o que significa um total de 44% do percentual. Já entre os seus cônjuges, os valores acessados estão distribuídos de maneira mais

<sup>7</sup>O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Inicialmente voltado para o grupo B do Pronaf, esse programa conta com metodologia própria, cuja principal característica é o atendimento integral, a partir da presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades. Dessa forma, o programa incentiva o desenvolvimento de atividades agropecuárias e não agropecuárias (BANCO DO NORDESTE, s.d.).

<sup>8</sup>É importante destacar que, mesmo o crédito sendo acessado por 12 homens, dois deles não fazem parte do núcleo familiar das 14 mulheres que acessaram o crédito.

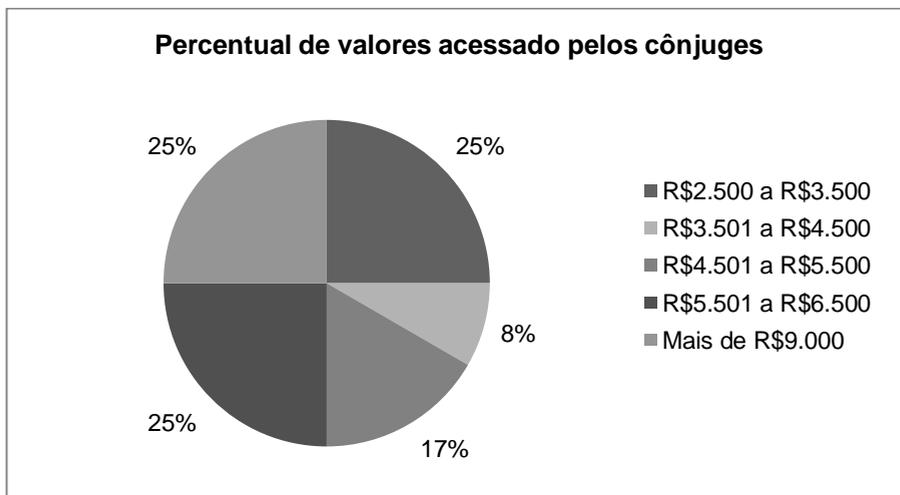
uniforme, pois 25% acessaram entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.500,00, 25% tiveram acesso a uma quantia entre R\$ 5.500,00 e R\$ 6.500,00 e outros acessaram mais de R\$ 9.000,00, também totalizando 25% do percentual de valores acessado pelos homens. Ainda assim, apesar de existirem algumas diferenças no acesso individual dos grupos, o valor médio acessado tanto pelos homens quanto pelas mulheres é equivalente, aproximadamente de R\$ 6.200,00.

Figura 3 – Percentual de valores acessado pelas mulheres



Fonte: elaborada pelos autores (2015).

Figura 4 – Percentual de valores acessado pelos cônjuges



Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Portanto, no período de 2008 a 2014, ao todo 16 famílias da Associação Municipal Mulher Flor do Campo acessaram o crédito rural, ora pelas mulheres

associadas, ora pelos seus cônjuges. O recurso disponibilizado foi especificamente advindo da linha do Pronaf B, em parceria com o Programa Agroamigo, como dito anteriormente, e os valores foram investidos na bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, artesanato e infraestrutura da propriedade (construção ou reforma de cercas e poços), totalizando 75 operações e o montante de R\$ 162.228,01.

Além do acesso ao crédito rural, o IPA também promoveu outras iniciativas importantes voltadas às mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, entre elas, a inserção das agricultoras nos projetos Distribuição de Sementes e Terra Pronta. Antes restrito apenas a alguns agricultores, agora esses projetos contemplam todas as associadas. Outros pontos importantes que merecem destaque são: inclusão de 38 famílias no Programa Garantia Safra; apoio e incentivo às atividades não agrícolas do grupo, bem como divulgação dos seus produtos, que ocorre pela internet ou em eventos, possibilitando a sua comercialização; oficina de agregação de valores aos produtos agroecológicos: confecção de biscoitos pufes com garrafas PET, para dez mulheres; treinamento em horta familiar e oficina de aproveitamento total dos alimentos (cascas, folhas e raízes) para 25 famílias; inclusão de dez agricultoras na Chamada Pública Ater para mulheres; dez famílias na Chamada Pública Brasil Sem Miséria e seis famílias no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e instalação de uma unidade de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais) nas comunidades.

Por fim, vale ressaltar a parceria entre o escritório municipal do IPA e a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, de forma conjunta, elaborou e executou o projeto Participando Sem Medo de Ser Mulher, em que foi avaliada e incentivada a participação das mulheres no grupo e na comunidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acompanhamento e o assessoramento da Associação Municipal Mulher Flor do Campo pelo IPA possibilitou que o grupo de agricultoras tivesse acesso a algumas políticas públicas antes remotas ao grupo, seja pela falta de informações, seja pelas dificuldades burocráticas, presentes principalmente pela ausência da DAP de boa parte das associadas, o que foi encaminhado a partir dos serviços de Ater prestados.

De certo, com base na evolução no número de acesso ao Pronaf/Agroamigo, percebe-se que o crédito rural é um importante instrumento para viabilizar o custeio e investimento das agricultoras familiares ligadas à associação, particularmente daquelas com menor rentabilidade e produtoras em pequenas áreas, pois, por esse meio, foram feitas intervenções ou melhorias nas suas unidades de produção, sem comprometer, na maioria dos casos, a situação econômica de suas famílias.

As ações do IPA também permitiram outros avanços, tais como a inclusão de suas famílias em outros programas governamentais e a qualificação técnica das agricultoras associadas. Esse segundo aspecto pôde ser constatado especialmente pelo incentivo às atividades não agrícolas e pela criação de espaços de comercialização dos produtos derivados do trabalho das mulheres. Em consequência, essas ações possibilitaram, além de mudanças no contexto socioeconômico e produtivo das agricultoras envolvidas, o resgate da autoestima e da cidadania dessas mulheres.

## 6. REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE. **Agroamigo**: apresentação. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos\\_e\\_servicos/agroamigo/geraos/apresentacao.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/geraos/apresentacao.asp)>. Acesso em: 31/11/2015.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. Documento-base. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2012.

BRASIL. Lei de Ater nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 10/01/2015.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Diagnóstico do município de Santa Cruz da Baixa Verde. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea - estado de Pernambuco**. Recife, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater-IICA, 2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 71-90. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

COSTA, C. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

DUFFY, B. Análise de evidências documentais. In: BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 107-117.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-30.

FURTADO, E. D.; SOUZA, J. R. F. Mediação social para equidade de gênero nos territórios rurais. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e**

**perspectiva de gênero.** Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 131-144. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

GODOY, C. M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande/MS. **Anais...** Campo Grande/MS, 2010. p. 1-18.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006/Agricultura Familiar:** primeiros resultados. 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. **Dados:** Pernambuco. 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=26](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26)>. Acesso em: 20/11/2010.

LAXALDE, M. D. P. F.; BASCO, M. C. Capital social, economia solidária e desenvolvimento. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero.** Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 91-130. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

LOMBARDI, M. R. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 123-162.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

RODRÍGUEZ, M. P. Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero.** Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 33-54. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

SANTOS, M. A. G.; LIMA, I. S.; LEÃO, R. S. C. A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.23, n.1, jan./mar. 2016.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no meio rural. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139-151.